

VALOR ECONÔMICO

24/06/2003

Coluna

Retratos das pessoas com deficiência ao longo dos tempos

Marcelo Côrtes Neri

Segundo a ONU, há cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência no mundo e 80% vivem em países em desenvolvimento. A Organização Mundial de Saúde estimava que representariam 10% da população brasileira. Os dados do Censo 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros são portadores de deficiência, 14,5% da população, número bastante superior aos dos levantamentos brasileiros anteriores: menos de 2%. Isto não ocorre pelo aumento da incidência de deficiências per se, mas fundamentalmente pela mudança dos instrumentos de coleta de dados seguindo as últimas recomendações da OMS. Esse expressivo contingente populacional vem aumentar a necessidade de um amplo diagnóstico deste segmento a fim de contribuir para o desenho e implementação de ações de inclusão social.

A Fundação Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas estabeleceram uma parceria no sentido de elaborar um mapa de conhecimento sobre o universo das pessoas portadoras de deficiência (PPDs), de forma a subsidiar políticas e ações dos setores público, privado e da sociedade civil. Identificamos o perfil sócio-econômico-demográfico desse universo e políticas associadas através da consolidação de informações secundárias e do processamento de um fabuloso acervo de microdados de diversos órgãos (IBGE, Seade, MTE, MPAS, MS, MEC, Corde, OIT dentre outros). O resultado da pesquisa realizada a várias mãos no Centro de Políticas Sociais da FGV está sintetizado num banco de dados com estatísticas, mapas, leis e referências bibliográficas sob a forma de CD-room e de um livro intitulado "Retratos da Deficiência no Brasil". Retratos são, segundo nossos parceiros da FBB, não só formas de descrever as pessoas deste segmento, como visam retratar essas pessoas no sentido de corrigir atitudes, ações e tratos da sociedade para com elas.

Apresentamos aqui uma sucessão de retratos das pessoas com deficiência desde antes da libertação dos escravos no século XIX até o limiar do século XXI. Preservamos no texto os termos originais utilizados em cada levantamento, alguns podem parecer "politicamente incorretos" desde uma perspectiva atual.

Nos inquéritos domiciliares de 1872 e de 1900 ao Censo Demográfico de 1920 investigou-se o universo das pessoas portadoras de deficiência visual, exclusivamente os indivíduos cegos, e os surdos-mudos. Para cada 10.000 habitantes em 1872, cerca de 15,6% e 11,4% eram cegos e surdos-mudos, respectivamente, enquanto que a incidência dessas deficiências na população de 1920 foi de 9,7% e 8,5%.

Já o Censo de 1940, além de investigar os cegos e os surdos-mudos, procurou também contemplar a natureza dessas deficiências sensoriais. Das 64.482 pessoas que declararam possuir cegueira, 64,7% admitiram que a natureza da deficiência se deu por motivo de doença adquirida ao longo da vida, ao passo que aproximadamente 21% reportaram que adquiriram a deficiência em acidente, 10,4% por motivo de nascença e 3,7% não declararam a causa do agravo. Dentre as pessoas portadoras de incapacidades sensoriais com idade mais avançada, a maioria eram cegos por motivo de doença, sendo que 73% da população deficiente com mais de 80 anos de idade; 56% de 50 a 59 anos. Este número cai paulatinamente à medida que caminhamos em direção ao início do ciclo da vida, dentre aqueles com idade de 0 a 19 anos, apenas 15% declararam possuir cegueira por motivo de doença, revelando como essa causa de incapacidade visual acompanha o processo de envelhecimento.

Diferentemente do Censo de 1940, a PNAD de 1981 abrangeu um universo maior de deficiências, assim distribuídas: cegueira (8,29%); surdez (8,69%); surdo-mudez (4,39%); retardamento mental (32,7%); falta de membro (s) (6,11%); paralisia total (5,09%); paralisia de um dos lados do corpo (11,9%); outro tipo de deficiência (16,9%); mais de um tipo de deficiência (5,77%). Cerca de 1,78% da população brasileira daquele ano era constituída de PPDs. Mesmo quando restringimos a análise às deficiências sensoriais (cegueira, surdez e surdo-mudez) a taxa se apresenta em patamar bem superior àqueles dos levantamentos de 1920 (0,3% de cegos e 0,26% de surdos-mudos) 1900 (0,19% de cegos e 0,07% de surdos-mudos), e 1872 (0,16% de cegos e 0,12% de surdos-mudos). Esta diferença pode ser creditada às mudanças dos instrumentos de coleta da população contemplada e da própria mutação da percepção da sociedade do conceito de deficiências sensoriais.

O Censo de 1991 também possibilitou avaliar o universo mais amplo de tipos de PPDs, cuja distribuição se dá da seguinte forma: cegueira (8,7%); surdez (10,6%); deficiência metal (39,5%); falta de membro (s) ou parte dele (8,6%); paralisia total (2,86%); paralisia de um dos lados do corpo (12,2%); paralisia nas pernas (12,1%); mais de um tipo de deficiência (5,28%). No ano de 1991, cerca de 1,15% da população brasileira era de PPDs, número próximo do obtido no ano de 1981.

VALOR ECONÔMICO

24/06/2003

Temos ainda a Pesquisa de Condições de Vida da Fundação Seade, cujos microdados possibilitam, para o ano de 1998, traçar um perfil das pessoas portadoras de deficiência da maior cidade brasileira. De acordo com os dados da PCV para o ano de 1998, cerca de 1,03% da população da Grande São Paulo era portadora de deficiência, sendo que um percentual mais elevado foi obtido para portadores de algum tipo de dificuldade (audição, visão e locomoção), 5,56%.

O universo de PPDs, considerado de 14,5% da população no Censo 2000 se distribui da seguinte forma: deficiência mental (11,5%); tetraplegia, paraplegia, ou hemiplegia (0,44%); falta de membro (s) ou parte dele (5,32%); alguma dificuldade de enxergar (57,16%); alguma dificuldade de ouvir (19%); alguma dificuldade de caminhar (22,7%); grande dificuldade de enxergar; grande dificuldade de ouvir, grande dificuldade de caminhar; incapaz de ouvir (0,68%); incapaz de caminhar (2,3%); incapaz de enxergar (0,6%). Vemos que segundo o Censo 2000 as pessoas com alguma dificuldade de enxergar são a grande maioria, diferente do levantamento de 1981 e 1991 onde os indivíduos que apresentavam retardamento mental correspondiam a 32,7% e 39,5%, respectivamente.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.